

PROVOCAÇÕES PARA (RE)PENSAR O ENSINO DE ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NOS CURSOS DE JORNALISMO¹

PROVOCATIONS TO (RE)THINK THE TEACHING OF COMMUNICATIVE ACCESSIBILITY IN JOURNALISM COURSES

Felipe Collar BERNI ²

Universidade Federal de Roraima | Brasil

Resumo

O texto apresenta reflexões sobre a urgência de se pensar o ensino da acessibilidade comunicativa para pessoas com deficiência nos cursos de Jornalismo como pressuposto ético, cidadão e ontológico. Repercuta, assim, a deficiência dos currículos e projetos pedagógicos que excluem e corroboram para com a pobreza informacional desse coletivo, em consonância com o projeto capacitista de sociedade que descarta e segrega o corpo deficiente. São sinalizados elementos reflexivos para a incorporação de práticas e recursos de acessibilidade comunicativa na práxis jornalística desde o ensino.

Palavras-chave

Acessibilidade comunicativa; Ensino de Jornalismo; Pessoas com deficiência.

Abstract

This text presents reflections on the urgency of incorporating the teaching of communicative accessibility for people with disabilities in Journalism courses, highlighting it as an ethical, civic, and ontological presupposition. It addresses the shortcomings of curricula and pedagogical projects that exclude and contribute to the informational poverty of this group, in line with a ableist societal project that discards and segregates disabled bodies. Reflective elements are highlighted for the incorporation of communicative accessibility practices and resources into journalistic praxis from the educational stage.

Keywords

Communicative Accessibility; Journalism Education; People with Disabilities.

PALTA LIVRE

RECEBIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2024
ACEITO EM 17 DE DEZEMBRO DE 2024

¹ Este texto é uma versão ampliada daquele apresentado no 22º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, organizado pela Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej) e realizado na Universidade Federal do Amazonas, em Manaus (AM), em 2023.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Integra o grupo de pesquisa Processocom (Unisinos/CNPq) e a Rede Amlat. E-mail: felipe.collar@ufr.br.

Introdução

Ao instigar um debate que tem como horizonte posicionar as pessoas com deficiência (PCD) como sujeitos(as) comunicantes, mobilizamos pressupostos da cidadania comunicativa e do direito à comunicação para contribuir no fortalecimento do Jornalismo na sua dimensão constitutiva: de instituição delegada e confiada o ordenamento da vida em comunidade. Isso, por que, ao compreender as PCDs como público, audiência, usuário, leitor, ouvinte etc. estamos mirando para um contingente populacional que representa 8,9% da população brasileira, ou seja, 18,9 milhões de pessoas, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Pessoas com Deficiência 2022, construída pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³. Embora não seja o numeral que justifique a reflexão e ações em prol da acessibilidade comunicativa, senão o próprio direito humano à comunicação (Guareschi, 2013), mobilizar a proporção de cidadãos afetado por essa argumentação, ajuda a dimensionar a urgência da construção de projetos e políticas de acesso.

Reconhecer as pessoas com deficiência como público passa, necessariamente, por garantir uma inter-relação autônoma e livre com os produtos e processos jornalísticos, sem a subordinação a terceiros ou gambiarras, e que assistam suas particularidades e especificidades para o

³ É importante destacar que os dados apresentados a partir da pesquisa de 2022 mostram uma redução significativa no número de pessoas com deficiência no Brasil, em comparação com os indicados pelo Censo de 2010, que alcançavam cerca de 24%. Essa redução está relacionada à nova metodologia adotada pelos realizadores da pesquisa, conforme a Nota Técnica IBGE 01/2018. Essa nota segue as orientações do Grupo de Washington sobre Estatísticas de Deficiência, vinculado à Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), que introduziu um novo critério de corte.

Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

Felipe Collar **BERNI**

consumo e participação. Quando assumimos o *modelo biopsicossocial da deficiência* para compreendê-la, essa leitura ganha robustez. Essa perspectiva rechaça o modelo médico que individualiza a problemática da deficiência, para colocá-la noutra dimensão: estrutural e sociocultural. Assim, compreendemos a deficiência como *interação* entre pessoas e barreiras estruturais, comportamentais e culturais que impedem a participação plena daquele(a) sujeito(a) na sociedade de forma igualitária, promovendo limitações, desvantagens e exclusões. Temos, portanto, uma realidade alternativa sensorial manifestada por sujeitos(as) que não se adequam ao que foi convencionado como corpo padrão e projetado estruturalmente para sua experiência e usabilidade. Falta, portanto, sensibilidade dos contextos sociais em relação às manifestações corporais diversas como diferentes estilos de vida. Contextos, inclusive, comunicacionais. Essa “necessidade” por autonomia não pode ser encarada como utopia pelo campo e pelas instituições de comunicação. O Estatuto da Pessoa com Deficiência⁴ (Brasil, 2015) assegura o direito à acessibilidade, dentre outros fatores, para projetos de comunicação e informação; inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Nosso objetivo é ancorar o direito à acessibilidade comunicativa desde os espaços e projetos formativos de futuros profissionais, introjetando técnicas e recursos de produção acessível desde o ensino, oxigenando e remodelando, por consequência, as rotinas produtivas e as corporações, que no contexto contemporâneo, majoritariamente, não assumem as PCDs como suas audiências, submetendo esses sujeitos(as) a pobreza informacional. Temos, portanto, *escolas de jornalismo deficientes*⁵ que nos fazem

⁴ A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, art. 1º).

⁵ Ao destacar essa realidade, não negligenciamos os modelos de negócios do Jornalismo que, por interesses múltiplos, ignoram as demandas de PCDs por conteúdos e práticas acessíveis. Por delimitação

PROVOCAÇÕES PARA [RE]PENSAR O ENSINO DE ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NOS CURSOS DE JORNALISMO

problematizar a (falta de) acessibilidade comunicativa nos currículos e processos formativos.

O jornalismo imerso numa sociedade capacitista

Inserido num contexto mais amplo, é presumido que o jornalismo tanto atravessa como é atravessado por códigos, sentidos, culturas, estruturas, contratos, acordos e desdobramentos mobilizados pela sociedade que compõe. O projeto contemporâneo de comunidade se alicerça no capitalismo, na concorrência e no produtivismo. Essa trinca de características fomenta outra: o capacitismo. Para nós, interessa compreender qual seria a função do jornalismo neste contexto: responder às demandas da sociedade capacitista ou ser instrumento de ruptura?

Diversas práticas de opressão são articuladas visando a domesticação dos corpos, a segregação do diferente, o apagamento de narrativas outras. São mecanismos que essa sociedade hegemônica mobiliza para sustentar seu projeto de poder. O capacitismo é o preconceito social contra pessoas com deficiência, visto a reverberação de um discurso que exclui e segrega as pessoas com deficiência, ao negligenciar o modo de vida desses(as) sujeitos(as), sua corporeidade e demandas, em detrimento daquilo que socialmente foi construído, numa perspectiva capitalista e produtivista, como o padrão, a normalidade e o desejável. O capacitismo “nega a pluralidade de gestos e de não gestos, sufoca o desejo, mata a vontade e retira, assim, a autonomia dos sujeitos que são lidos como *deficientes*” (Marco, 2021, p. 18, grifos no original), posiciona, portanto, a deficiência como algo negativo, ou seja, se nutre da opressão e do preconceito para diminuir e descartar o corpo deficiente. Fiona Campbell (2001, p. 44, tradução nossa) define como: “uma rede de crenças, processos e práticas que produz um determinado tipo de

necessária e aproximação como os interesses argumentativos, oportunizamos travar o debate a partir do processo de ensino do Jornalismo.

Felipe Collar **BERNI**

corpo (o padrão corporal) que é projetado como perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano”. Ocorre a construção de uma premissa da capacidade, a partir da comparação e submissão das performances corporais de pessoas com deficiência em razão das pessoas sem deficiência. Victor Di Marco (2020) aponta para o sistema capitalista que se codifica a partir das desigualdades de diferentes naturezas, sendo, dessa forma, fonte de propulsão da perspectiva capacitista, visto que instaura a lei do mais eficiente para “domar e inviabilizar” (2020, p. 18) corpos outros que operam com diferentes ritmos, nuances e temporalidades.

Temos, nesse contexto, a reafirmação da deficiência enquanto *construção social*, uma vez que, o corpo “não deficiente” só se delinea a partir daquilo que se aponta como o deficiente. A perspectiva antropológica da alteridade é mobilizada. Teríamos a invenção e exclusão da *alteridade deficiente* a partir dos significados construídos sobre a normalidade (Skilar, 2015). A alteridade seria sintomática da produção histórica e discursiva da invenção desses outros, que nos ancoramos para afirmar quem somos ou podemos ser.

A deficiência como *interação* entre sujeitos e barreiras de diferentes nuances – estruturais, comportamentais e culturais – que inibem a participação daquele sujeito(a) na sociedade de forma igualitária, promovendo limitações, desvantagens e exclusões, se imbrica com a leitura enquanto *construção social*. Em consonância com essa interpretação, Débora Diniz (2007) aponta para a falta de sensibilidade dos contextos sociais em relação às manifestações corporais diversas como diferentes estilos de vida. A deficiência visual, por exemplo, não significa isolamento ou sofrimento, não há uma sentença biológica para a exclusão, por sua vez, mobiliza outros ritmos e especificidades, o que temos é um modelo de sociedade hegemônica constituída para privilegiar videntes, em detrimento dos não-videntes.

PROVOCAÇÕES PARA [RE]PENSAR O ENSINO DE ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NOS CURSOS DE JORNALISMO

A relação corpo e sociedade torna-se central para pensar o conceito de deficiência: seria o “corpo com deficiência” que limitaria a participação do sujeito(a) na vivência comum ou os contextos opressores e poucas sensíveis às especificidades e diversidades que segregaria os “corpos deficientes”? A interpretação da deficiência como *interação* tem suas bases nesse dilema. Com essa lente, podemos refletir uma das entradas para pensar a deficiência dentro do campo da comunicação: teríamos os processos midiáticos, comunicacionais e jornalísticos deficientes? Uma vez que, majoritariamente, não garantem recursos de acessibilidade para que os sujeitos(as) nas suas especificidades e diversidades se inter-relacionem com os *meios* de forma autônoma e livre? Assim, deslocamos o debate da deficiência no individual de cada sujeito(a) e passamos a tensioná-lo na sua dimensão social, cultural e estrutural.

Evidente que são múltiplas as entradas possíveis pensando projetos pedagógicos e de ensino na inserção da interface *Mídia e Deficiência* nos currículos. Por exemplo, o debate de postura, trato e construção de narrativas envolvendo PCDs nas produções jornalísticas e comunicacionais que rompa com a perspectiva estigmatizante, capacitista, preconceituosa e seja aliada no projeto emancipatório e cidadão. Essa, também, é uma empreitada urgente e que sustenta o ideal da cidadania comunicativa (Mata, 2006).⁶ Nosso exercício, por hora, vai mobilizar aquilo que de maneira estrutural articula o direito à comunicação que é o acesso. A acessibilidade comunicativa vai além do simples alcance ou disponibilidade de um aparelho de televisão, um celular, computador, enfim. Não nos interessa o meio, senão o processo. São as práticas jornalísticas que modelam os produtos que carecem ser tecidas garantindo o direito à acessibilidade comunicativa.

⁶ Aqui entendida como prática ampla que envolve a participação democrática, influência nos processos e nos próprios usos da comunicação visando o exercício da cidadania, reivindicações e transformação.

Felipe Collar **BERNI**

Aprendizados e transformações: a acessibilidade pensada desde os currículos

Ao assumir a deficiência como *interação* entre pessoas e barreiras estruturais, comportamentais e culturais que inibem o envolvimento pleno e igualitário de PCDs junto a sociedade, promovendo limitações, desvantagens e exclusões, podemos deslocar a problemática da deficiência para o próprio jornalismo e afirmar que experienciamos um *jornalismo deficiente*. Essa mirada privilegia e se interessa em visualizar a própria deficiência (aqui pensada como falta/escassez) nas rotinas produtivas do jornalismo de construir conteúdos que garantam que as PCD possam consumir, se inter-relacionar e produzir sentido a partir desse contato com os produtos jornalísticos. Se voltarmos ainda mais, temos uma compreensão que imputa a deficiência também para as escolas e os currículos de jornalismo, que vai refletir no próprio ofício cotidiano do jornalista.

A pesquisa de Leticia Beilfuss (2016) ilustra bem essa relação e sinaliza questões inevitáveis para o campo. Ao investigar o Grupo RBS⁷, se depara com um jornalismo deficiente e sem acessibilidade comunicativa nas suas *práxis*. Buscando compreender as relações que configuram tal cenário, um argumento mobilizado de maneira excessiva pelos trabalhadores reportava o desconhecimento e a falta de preparo para se valer das técnicas e recursos de acessibilidade.

Embora utilizado de maneira demasiada, o conceito de acessibilidade merece reflexão e não pode ser assumido como pronto ou único. Cada campo ou segmento pensa e o (re)constrói de maneira particular. Evidente que percepções se atravessam. O Estatuto da Pessoa com Deficiência corrobora com sua configuração ao considerar acessibilidade como

⁷ Maior empresa de comunicação do estado do Rio Grande do Sul.

PROVOCAÇÕES PARA (RE)PENSAR O ENSINO DE ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NOS CURSOS DE JORNALISMO

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, art. 3º-I).

A própria etimologia da palavra *acessibilidade* repercute sua origem do Latim *accessus*, que compreende “aproximação, chegada”, ou seja, atributo daquilo que é fácil de acessar, facilidade de aproximação, de procedimento ou de obtenção. Assumindo junto a definição da legislação temos alguns pressupostos que configuram e dimensionam o que é ser acessível: alcançar de maneira livre, autônoma e segura e poder fazer uso.

Na comunicação, poderíamos agrupar o debate da acessibilidade a partir de dois desdobramentos majoritários. A *acessibilidade comunicacional* tem caráter pedagógico, de transmissão de informações, sendo findada com o acesso do sujeito ao meio e conteúdo. Já a *acessibilidade comunicativa* avança de maneira mais qualificada ao se preocupar com a produção de sentidos durante o processo de adaptabilidade de um conteúdo para que o torne acessível às especificidades e sensorialidades outras.

Assim, entendemos a acessibilidade comunicativa como recursos, estratégias, práticas, processos, métodos de linguagem e comunicação – Audiodescrição, Legendas, Libras, Braille, por exemplo – que maximizem a autonomia, mobilidade e qualidade de vida de pessoas com deficiência, rompendo com as barreiras informativas que os impedem, independentemente de qual seja sua deficiência, de consumirem os conteúdos midiáticos e comunicacionais de forma livre e autônoma. Compreensão que não pode se deslocar do debate legal, a vista disso, Marco Bonito e Larissa Santos (2019, p. 134) chamam atenção para o fato de que a acessibilidade comunicativa, também, “se configura a partir das leis promulgadas, que representam a luta histórica das PCD por seus Direitos

Felipe Collar **BERNI**

Humanos e sua cidadania”. Ou seja, não pode ser assumida como uma discussão utópica ou assistencialista, quiçá secundária, mas tratada com altivez, prontidão e celeridade.

A problemática do ensino da acessibilidade comunicativa e, conseqüentemente, da introjeção desses recursos e técnicas desde a formação do profissional, é algo que se apresenta como desafio para o campo da comunicação. A *Carta de Teresina*⁸, publicada pela Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ) ao final do 21º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo, organizado pela Universidade Federal do Piauí em abril de 2022, dentre outras coisas, ecoa esse debate e propõe: “desenvolver ações de sensibilização de professores e instituições e difundir técnicas no sentido de promover a inclusão e a acessibilidade, considerando a diversidade dos alunos de jornalismo”. É nítido que se sobressai uma preocupação em oferecer aos/as estudantes com deficiência um ambiente acessível para sua formação que, por sua vez, indiretamente, se ampliará as próprias práticas e processos de produção jornalística. Um imbricamento que se retroalimenta.

Reportando, ainda, aos achados da pesquisa de Beilfuss (2016), temos que a falta de acessibilidade comunicativa está, também, intrinsecamente ligada à ignorância dos profissionais em relação às demandas das pessoas com deficiência, ou seja, uma formação acadêmica deficiente que não prepara, tampouco estimula ações garantidoras do direito humano à comunicação, do cumprimento da Lei nº 13146/2015 (Brasil, 2015) e, sobretudo, do exercício do jornalismo na sua essência, como regem seus códigos deontológicos.

Não temos sistematizado um levantamento que reúne e aponte a quantidade de Instituições de Ensino Superior que tratam em seus currículos a relação *Comunicação & Acessibilidade*. Essa ausência alimenta a

⁸ Disponível em: <https://abejor.org.br/carta-de-teresina/>. Acesso em: 02. fev. 2023.

PROVOCAÇÕES PARA (RE)PENSAR O ENSINO DE ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NOS CURSOS DE JORNALISMO

compreensão da grande lacuna que o campo da comunicação tem para a interface com a deficiência. Em estudos que buscaram tensionar as estruturas curriculares na formação do jornalista (Antonioli 2018; Bernardo; Leão, 2012), embora com diferentes objetivos, é possível notar uma semelhança: não se encontra menção a expressões que sinalizam para a acessibilidade comunicativa dentro dessa estrutura pedagógica.⁹ Temos, indiretamente, um dado que potencializa o sentimento da ausência de espaços na formação dos jornalistas que repercutem, debatem e operacionalizam os recursos e práticas de acessibilidade.

Para tecer proposituras, uma autocrítica das Escolas de Comunicação deve ser feita. Novamente, não estamos delegando toda a culpa da experiência deficiente do jornalismo a elas, há um conjunto de corresponsáveis por essa prática, inclusive que reporta a questões estruturais da própria sociedade, porém, a provocação se nutre da compreensão do protagonismo dessas instituições nas transformações estruturais que o Jornalismo passou ao longo de sua história. Diante da burocracia universitária, quais esforços podem ser empreendidos para transformar essa realidade? Construir disciplinas eletivas? Reformular o currículo? Promover palestras e oficinas que repercutem o debate? Organizar grupos de estudos e pesquisa?¹⁰ Fato é que os futuros profissionais precisam estar qualificados para exercer de forma digna a profissão. Joana Belarmino de Sousa (2014), quando debate acessibilidade para sujeitos com deficiência visual, sinaliza para a necessidade de sua incorporação à formação universitária dos jornalistas, para assim darmos condições para que os profissionais corrijam as rotinas produtivas deficientes, construindo conteúdo sem barreiras de acessibilidade. Percepção comum à de Marco Bonito (2016) ao defender a acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo

⁹ Aqui, buscadas a partir das palavras-chave: acessibilidade, inclusão, deficiência.

¹⁰ Em relação às pesquisas envolvendo comunicação e pessoas com deficiência, é importante sinalizar para o protagonismo dos grupos como o *GJAC* (UFPB), *Afetos* (UFMG), *Processocom* (UNISINOS), *t3xto* (UNIPAMPA) e *Biblioteca Falada* (UNESP) na interface mídia e deficiência.

Felipe Collar **BERNI**

digital. Por conta de experiências ainda insipientes e isoladas, é cedo apontar qual melhor estratégia para o ensino da acessibilidade. Um espaço único, como disciplina, por exemplo, tem suas potencialidades ao permitir uma imersão e aprofundamento da reflexão e da técnica. Ao mesmo tempo, aflora o perigo de isolar um debate que atravessa toda a dimensão do exercício comunicacional e jornalístico apenas num determinado momento da formação. Oxalá tenhamos no futuro espaços conquistados dentro de cada formação pormenor, tensionando a acessibilidade desde as próprias características de seus produtos. Não podemos ignorar que a própria deficiência que sinalizamos, muito provavelmente, aparece na formação dos próprios professores(as). Por isso, a construção de espaços próprios de aprendizado seja uma estratégia que melhor se adequa ao cenário do campo, ressaltando seus desafios.

Dito isso, ao ampliar nosso olhar, temos que essas provocações e urgências se dão num contexto de crises: de representatividade, legitimidade, financeira e de qualificação. É justamente nessa ambiência que o jornalismo precisa reafirmar seu compromisso social e democrático. Enquanto muitos buscam apresentar soluções para eventuais problemas contemporâneos, o campo carece de experiências de ensino, prática e pesquisa que busquem fortalecer a problemática elementar: garantir que cidadãos tenham acesso ao jornalismo. Possibilitar que uma parcela da população usufrua do serviço jornalístico, fortalece não só o próprio jornalismo, como a dinâmica social, a partir de uma cidadania plena. O ensino da acessibilidade comunicativa torna-se um chamado em defesa do jornalismo e da cidadania.

Experimentações e horizontes

PROVOCAÇÕES PARA (RE)PENSAR O ENSINO DE ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NOS CURSOS DE JORNALISMO

No tópico que fecha o texto, ampliamos seu conteúdo retomando uma experiência que resultou da convocatória que este debate abraça. Convocados à ação — na condição de docente — construímos o “Espaço Livre de Experimentação em Comunicação e Acessibilidade” como uma ação de extensão ofertada pelo curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).¹¹ Seu formato livre buscou repensar as hierarquias do conhecimento, convidando os coparticipantes a assumirem o protagonismo na formulação e criação do espaço. O curso teve como objetivo contribuir para a mudança da conjuntura abordada no texto, oferecendo uma formação que capacitasse especialmente estudantes, professores e profissionais da área de Comunicação no ensino e no uso de recursos de acessibilidade comunicativa, reconhecendo as pessoas com deficiência como público que interessa e sujeitos de direitos.

A primeira oferta do curso privilegiou o debate sobre *Audiodescrição*¹², considerando a transversalidade do audiovisual em produções jornalísticas e comunicacionais. Foram reservados três encontros para discussões e exercícios práticos: *Introdução ao conceito de Acessibilidade Comunicativa e à Audiodescrição*; *#ParaTodosVerem: Audiodescrição aplicada às redes sociais*; e *Audiodescrição e Jornalismo*. O objetivo geral foi apresentar a Audiodescrição como uma técnica viável para promover a comunicação acessível a pessoas cegas ou com baixa visão. Os resultados esperados incluíam a compreensão teórica e prática do conceito de acessibilidade comunicativa, alcançada por meio da experimentação (Collar Berni, 2024).

¹¹ Institucionalizado sob o parecer 439/2023 da Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEC/Unemat). O curso contou com a colaboração das professoras Amanda Noletto e Lilian Juliana Martins.

¹² Audiodescrição, segundo Livia Motta, é uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/home>. Acesso em: 29 fev. 2024.

Felipe Collar **BERNI**

Do vislumbre com a novidade do conhecimento, do uso crítico da técnica e dos relatos compartilhados sobre as vivências como pessoas cegas, o Espaço Livre de Experimentação em Comunicação e Acessibilidade germinou, no coletivo de 40 coparticipantes, uma atenção voltada para produções jornalísticas acessíveis, o desejo de aprendizagem sobre outros recursos de acessibilidade e a defesa pela reformulação de estruturas e rotinas capacitistas e inacessíveis no jornalismo.

Ao problematizar a invenção da deficiência e sua construção social, o grupo, majoritariamente formado por pessoas videntes, foi provocado a consumir uma obra audiovisual utilizando apenas a audiodescrição. O desconforto foi generalizado, exceto entre os coparticipantes cegos, que já possuíam uma habilidade sensorial mais desenvolvida por meio da audição. Esse desconforto surgiu da dificuldade em compreender o filme apenas pelos elementos sonoros — como fala, sons, música e a própria tradução das imagens em texto. A partir dessa experiência, foi possível tensionar o que é convencionalmente aceito como norma, regra ou padrão. Naquele espaço e contexto, os "deficientes" eram os videntes.

Outra situação envolveu uma estudante vidente que, influenciada pelas discussões do curso, se aproximou de uma colega de turma não vidente. Em um Seminário Temático apresentado conjuntamente, relataram que todo o estudo e preparação foram realizados a partir de elementos de acessibilidade: todos os slides foram audiodescritos e transcritos para o Braille, permitindo que a estudante cega pudesse acompanhar, intervir e participar integralmente da apresentação. Como coparticipante do curso e tendo vivenciado de perto a experiência de uma pessoa cega, essa estudante, até então alheia às particularidades das deficiências, tornou-se *ledora-escrevente* — uma modalidade de assistência estudantil articulada pela instituição para minimizar as desvantagens impostas pela dinâmica estrutural e pedagógica aos estudantes com deficiência.

PROVOCAÇÕES PARA (RE)PENSAR O ENSINO DE ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NOS CURSOS DE JORNALISMO

É comum ouvir relatos de colegas que foram questionados em sala por estudantes a respeito da acessibilidade dentro de disciplinas específicas. Também há registros de estudantes que manifestam interesse por novos desdobramentos e espaços voltados à experimentação. O que relatamos constrói uma memória coletiva vivenciada junto à comunidade da Unemat, celebrando as tentativas de *aleijar*¹³ o campo da Comunicação e o ensino de Jornalismo, frequentemente regidos pelos *modus operandi* do capacitismo (Collar Berni, 2024).

Para além do ensino, a discussão nos leva a outras reflexões que de maneira breve sinalizamos. O jornalismo imerso numa sociedade capitalista, que descarta o corpo deficiente por não se enquadrar dentro do que se convencionou como performance e rendimento padrão, e que comunga com seus ideais, operacionaliza (mesmo que indiretamente) recursos para sustentação desse projeto ao negar ou obstaculizar o acesso à informação às pessoas com deficiência (Collar Berni; Bianchi, 2023). Informação que se apresenta como direito mediador para a consciência, reivindicação e conquista dos demais. Para Victor Gentili (2005), o direito à informação seria um pressuposto necessário para o gozo pleno dos direitos políticos e sociais. Por meio dele haveria a possibilidade de reivindicar e fiscalizar o poder político, bem como exercer o conjunto dos direitos sociais.

O jornalismo pode, também, ser instrumento de ruptura. Está na sua essência. Talvez o primeiro passo seja, ainda numa sociedade capitalista e capacitista, reconhecer as pessoas com deficiência como seu público, garantindo a elas o exercício do direito à informação e à comunicação e a plenitude da sua cidadania. Comungamos do entendimento do jornalismo como um direito essencial para a conquista, exercício e manutenção da cidadania. A cidadania não é um conceito universal, mas sim um conceito em disputa, o qual cada período histórico e visões políticas vislumbram de uma

¹³ A teoria aleijada oferece um “modelo cultural” da deficiência, se opõe aos modelos médico e social, rechaçando a ideia de que não ter uma deficiência seja um estado “natural” de todo ser humano.

Felipe Collar **BERNI**

maneira. María Cristina Mata o articula como participação e intervenção no espaço público, influenciando a apropriação de direitos e possibilidades, ou seja, “práctica que implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder” (Mata, 2006, p. 08). Nesse contexto, compreendemos

a cidadania comunicativa como um ‘espaço’ em que as PCD, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo (Bonito, 2016, p. 188).

Portanto, uma dimensão que potencializa o seu autorreconhecimento como cidadão(ã), que aposta no uso das comunicações para o protagonismo social e que instiga mudanças estruturais à luz de uma vivência plena das PCD.

Note que a caminhada é longa, muitas são as tarefas. Ao mirar para o ensino da acessibilidade comunicativa nos cursos de Jornalismo, apostamos na potência da Educação como aliada de primeira hora para as transformações sociais. Para finalizar, reportamos o pensamento freiriano, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000). É junto ao ensino do jornalismo que podemos nos aproximar dos nossos horizontes.

Referências

ANTONIOLI, Maria Elisabete. Diretrizes Curriculares e cursos de Jornalismo: a formação do jornalista à luz da legislação educacional. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 4, n. 15, p. 6, 2018.

BEILFUSS, Letícia Paola. **Acessibilidade Comunicativa na práxis jornalística cotidiana**. 2016. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2016.

PROVOCAÇÕES PARA [RE]PENSAR O ENSINO DE ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NOS CURSOS DE JORNALISMO

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, n. 1, p. 253-274, 2012.

BONITO, Marco. A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital. **Âncora – Revista Latino-Americana de Jornalismo**, v. 3, n. 1, p. 175-193, 2016.

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição dos. Repensar os processos e as práticas jornalísticas pela ótica da acessibilidade comunicativa. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 133-147, 2019.

BRASIL. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 02 fev. 2023.

CAMPBELL, Fiona Kumari. "InciPng Legal FicPons: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law." **Griffith Law Review**, London, v. 10, n.1, p. 42-62, 2001.

COLLAR BERNI, Felipe; BIANCHI, Graziela Soares. O direito humano à comunicação de pessoas com deficiência: questionamentos e perspectivas no campo do jornalismo. **Eptic - Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 25, n. 1, p. 45–62, 2023.

COLLAR BERNI, Felipe. Espaço de Experimentação em Comunicação e Acessibilidade: relato do vivido junto ao curso de Jornalismo da Unemat. **Anais do 22º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARCO, Victor Di. **Capacitismo: o mito da capacidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

Felipe Collar **BERNI**

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, pp. 5-15, 2006.

SKLIAR, Carlos. A Invenção e a Exclusão da Alteridade "deficiente" a partir dos Significados da Normalidade. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 24, n. 2, 2015.

SOUSA, Joana Belarmino de. Jornalismo e Acessibilidade: Apontamentos sobre Contratos de Leitura para Efeitos de Reconhecimento de Leitores Especiais de Jornais Online. **Anais do 5º Simpósio Internacional de Ciberjornalismo**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

